

(Tradução)

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU  
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA  
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA  
ANO FINANCEIRO DE 2009**

ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2008</b>	<b>3</b>
<b>SEGUNDA PARTE– SÍNTESE DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2009</b>	<b>9</b>
1. Ajustamento das estratégias económicas e reforço da diversificação adequada da economia	10
2. Empenho total na manutenção da qualidade de vida da população e construção de um futuro promissor para esta terra	15
3. Aprofundamento dos projectos de construção de uma sociedade de valores humanistas e empenho na qualificação dos seus elementos	17
4. Assumir integralmente as responsabilidades de governação e ampliar os resultados da reforma	19
<b>TERCEIRA PARTE – CONSOLIDAR A CONFIANÇA PARA VENCER AS DIFICULDADES</b>	<b>22</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>32</b>

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU  
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA  
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA  
ANO FINANCEIRO DE 2009**

CHEFE DO EXECUTIVO HO HAU WAH  
11 de Novembro de 2008

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,  
Excelentíssimos Senhores Deputados:

## **INTRODUÇÃO**

No decurso deste ano, com o apoio empenhado do Governo Central e assente em bases sólidas da sua economia, sociedade e cultura, a população de Macau contribuiu de forma activa para a promoção de um desenvolvimento da RAEM mais amplo, mais rico e com maior vitalidade, prosseguindo na concretização da grandiosa causa traduzida nos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, a caminho de um novo patamar de crescimento mais maduro, sólido e qualificado.

No próximo ano, iremos continuar a nortear a nossa acção em defesa dos interesses dos cidadãos, procurando satisfazer as suas necessidades. Vamos vencer os desafios e dificuldades provocados pela crise económica, assumindo com firmeza o sentido de responsabilidade e investindo maiores energias para, com pragmatismo, trabalhar em prol do bem-estar da população e do desenvolvimento sustentável da sociedade.

## **PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2008**

Senhora Presidente, senhores Deputados, permitam-me, agora, fazer um breve balanço das acções do Governo realizadas ao longo de 2008.

No decurso do ano, no âmbito da reforma administrativa, os nossos trabalhos foram prosseguidos com sucesso, em cumprimento do “Programa de Reforma Administrativa”. Empenhámo-nos no aperfeiçoamento da gestão e do regime de regalias no domínio da função pública. Os serviços nos bairros comunitários foram alargados, proporcionando maiores facilidades à população. O sistema de serviços de informação centralizados entrou em funcionamento. O serviço de divulgação de informações ao público através de mensagens via telemóvel produziu os efeitos desejados e elevámos a transparência da Administração Pública, oferecendo aos cidadãos uma prestação de serviços mais personalizada.

Ao longo deste ano, no domínio da democratização da vida pública, os nossos trabalhos incidiram principalmente no aprofundamento dos processos de consulta pública, num maior envolvimento nas “palestras comunitárias” e no reforço dos trabalhos de criação de órgãos consultivos nos bairros comunitários. O Governo procurou com seriedade compreender as preocupações das pessoas e reunir os seus contributos para o aperfeiçoamento das políticas. Pusemos em funcionamento o sistema de serviços de informação centralizados, com o objectivo de aumentar a transparência da Administração Pública. Alargámos e optimizámos as acções de consulta pública, por forma a recolher os contributos dos cidadãos e a incentivar a sua participação nos assuntos públicos.

Respondendo à evolução da sociedade, o Governo deu início a uma série de novos projectos. Lançámos o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico. Criámos mecanismos rápidos de divulgação de informações e de resposta. Desenvolvemos a reforma dos mecanismos de inspecção e controlo e de comunicação no âmbito da importação de produtos alimentícios. Prestámos auxílio à recuperação dos lugares e entidades afectadas pela devastação causada pelo tufão *Hagupit*. Revimos e elaborámos vinte projectos jurídicos que não integravam o nosso plano inicialmente traçado.

Ensombreada pela grande turbulência económica de origem externa, mesmo assim, a economia de Macau pôde manter a sua tendência de crescimento. Os benefícios trazidos pelo CEPA e seus acordos suplementares tornaram-se mais visíveis. A política de diversificação adequada da economia manteve o seu rumo estável. O sistema financeiro saudável e as receitas fiscais estáveis proporcionaram à RAEM bases materiais para o seu desenvolvimento e para o reforço da sua capacidade de resposta.

Empenhámo-nos na inovação de novos modelos de promoção turística, na consolidação das principais fontes turísticas e na expansão dos mercados internacionais, no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável do sector de turismo. No sector do comércio, os serviços intermediários ganharam maior dinamismo e outros sectores, nomeadamente o de convenções e exposições, começaram a demonstrar a sua vitalidade. As condições de exercício comercial foram optimizadas, a diversificação adequada da economia deu os primeiros passos e a estrutura da economia manteve-se em constante ajustamento.

O Governo tem prestado oportunamente apoios e serviços integrados no âmbito do financiamento, auxílio tecnológico e da informação com vista a fortalecer as competências das pequenas e médias empresas e da sua qualidade de serviço, por um lado, e assegurar a competitividade e a oportunidade de emprego dos trabalhadores locais, por outro. A revisão da Lei das Relações de Trabalho veio a salvaguardar melhor os direitos e interesses dos trabalhadores. Face à alta taxa de inflação, o Governo diversificou as fontes de abastecimento de produtos e bens, lançou várias medidas de apoio financeiro temporárias, tendo conseguido atenuar de certo modo a pressão sentida pelos residentes na sua vida quotidiana.

Aperfeiçoámos o plano de contingência em situações de emergência com vista a aumentar a capacidade de prevenção de doenças, garantir a segurança alimentar, melhorar as instalações e equipamentos sanitários e elevar genericamente a qualidade dos serviços médicos, contribuindo, assim, para a manutenção do estatuto de Macau enquanto cidade saudável.

As diversas instituições e estabelecimentos de ensino investiram na melhoria das qualificações do seu corpo docente, na aplicação de critérios mais exigentes na admissão de novos alunos e em projectos de investigação científica, promovendo as qualidades humanas e inculcando nos alunos o espírito da procura de excelência e o desenvolvimento das suas capacidades multifacetadas. Assente nos alicerces da implementação integral da escolaridade gratuita de 15 anos, procurámos promover a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem, apoiar os professores no desenvolvimento da sua carreira profissional, assim como estimular o crescimento dos alunos em todas as vertentes, acelerando o processo de optimização do ensino não superior.

O Governo concentrou esforços na elaboração de um projecto de “serviços juvenis”, no fortalecimento da educação cívica e moral, na divulgação dos valores de patriotismo e de sentido de pertença a Macau, encorajando os jovens a desenvolver as suas potencialidades e criatividade, no sentido de criar oportunidades para o seu desenvolvimento integral.

Procurámos elevar a qualidade dos serviços sociais mediante a conjugação dos recursos privados e públicos e o reforço atempado dos apoios e ajudas aos grupos sociais mais fragilizados e prestando mais atenção às suas necessidades. Trabalhámos para promover o valor de harmonia na comunidade e na família. Procedemos à optimização dos serviços de reabilitação, promovendo acções de combate ao consumo da droga e demos início às tarefas de aperfeiçoamento do regime de segurança social, com vista a melhorar as garantias sociais dos residentes.

Exercemos um controlo e uma fiscalização mais rigorosos no sector do jogo para assegurar o seu desenvolvimento regulamentado, saudável e sustentado. Envidámos esforços na prevenção do jogo compulsivo, prestando apoio especializado e realizando actividades para incentivar os trabalhadores do sector de jogo a viver de forma saudável.

Com o objectivo de evidenciar as características culturais de Macau, o Governo empenhou-se na protecção dos seus valiosos recursos classificados como Património Mundial. Procurámos maximizar a função cultural dos museus e das bibliotecas, incentivando o hábito de leitura. Experimentámos conjugar a via da generalização do interesse artístico e a via da especialização da produção cultural, apoiando a formação de artistas locais com potencialidades. Estamos cientes que a formação e a aprendizagem são elementos fundamentais para a expansão da indústria criativa.

O Governo colaborou activamente para o sucesso da realização dos Jogos Olímpicos de Pequim e tem continuado a organizar eventos desportivos internacionais. Na promoção activa do conceito “desporto para todos”, o Governo criou oportunidades para um melhor aproveitamento das suas instalações desportivas, conseguindo com a sua acção estimular uma maior participação dos cidadãos nas actividades desportivas.

O Governo promoveu a construção de habitações públicas e adoptou medidas para motivar os proprietários na restauração de prédios degradados. Apresentámos a proposta sobre a limitação da altura das construções nas imediações do Farol da Guia e demos início às obras no âmbito do planeamento urbano. Os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos foram desenvolvidos de acordo com o programado, contando sempre com a adesão entusiástica dos cidadãos nos processos de consulta pública. O Governo reforçou a prestação de informações cadastrais, tendo continuado a estudar a revisão da Lei de Terras e a aperfeiçoar o regime do concurso público para obras públicas. Iniciámos também o processo de aperfeiçoamento dos circuitos internos de trabalho.

Envidámos esforços para controlar todo o tipo de poluição. O Governo organizou o Fórum e Exposição para a Cooperação Ambiental Internacional, como forma de intensificar a divulgação da protecção ambiental. O Governo optimizou o sistema de abastecimento energético e incentivou a poupança energética. Criámos um serviço público com competência para fiscalizar a aplicação da nova lei rodoviária e continuámos a aumentar o número de lugares de estacionamento por forma a atenuar os efeitos da problemática do trânsito. Promovemos o desenvolvimento dos sectores de correios, telecomunicações, serviços portuários e tecnológicos em resposta às necessidades da evolução da sociedade e em obediência ao princípio “servir melhor a população”.

Na área da segurança, o Governo empenhou-se no aperfeiçoamento das instalações físicas e na qualificação dos recursos humanos, na promoção da cooperação internacional e regional, no reforço das relações com os cidadãos e na elevação do nível de segurança local. A par de se ter envidado esforços no controlo da criminalidade grave, trabalhámos também no reforço ao combate à pequena criminalidade, no sentido de garantir a segurança dos residentes e turistas, assim como para proporcionar um ambiente de segurança durante a realização dos Jogos Olímpicos. Face às novas circunstâncias resultantes do desenvolvimento da sociedade, o Governo reforçou as medidas de controlo dos casinos e estabelecimentos de diversão, prevenindo, entre outras, actividades criminosas, o branqueamento de capitais e o tráfico de pessoas.

A melhoria do sistema de controlo automático de entrada e saída de pessoas no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco contribuiu para o descongestionamento na circulação de visitantes. O Governo tem continuado a elevar o nível do controlo alfandegário, desenvolver esforços para proteger a propriedade intelectual e simplificar os trâmites de desalfandegamento. Face à inauguração sucessiva de grandes hotéis, os serviços de bombeiros procederam à avaliação aprofundada de riscos e estudo sobre estratégias, bem como reforçaram a inspecção das condições de segurança dos estabelecimentos.

Participámos activamente nas iniciativas de cooperação regional. A plataforma de cooperação sino-portuguesa alargou o âmbito das suas acções, tendo conquistado maior reconhecimento da sua utilidade. O intercâmbio económico e comercial tem continuado a trazer benefícios visíveis em todas as áreas.

No que diz respeito aos serviços de auditoria, procurámos melhorar a qualidade dos recursos humanos e reforçar as acções de formação, no sentido de elevar o nível de especialização. O Comissariado da Auditoria intensificou as acções de divulgação e comunicação com as entidades, sensibilizou-as para a necessidade de economizar meios e realizou auditorias às contas, auditorias específicas e auditorias de resultados.

O Comissariado contra a Corrupção exerceu com mais eficácia a sua função de fiscalização, promoção da impugnação administrativa, divulgação da noção de integridade e generalização do valor de honestidade. O Comissariado desenvolveu acções no sentido de combater a corrupção, acompanhar o funcionamento dos serviços públicos, promover o Plano para uma Gestão Íntegra e elevar o grau da integridade da sociedade em geral.

No decurso deste ano, temos logrado retirar ensinamentos das acções mais relevantes de governação, ganhando novas experiências úteis para o futuro.

Para fazer face às mutações económicas e as suas implicações sociais, o Governo procedeu a um ajustamento fundamental das estratégias subjacentes às principais políticas económicas. Ganhámos a consciência de que, de certa forma, qualquer política destinada à melhoria do bem-estar da população nunca é totalmente eficaz, produzindo eventualmente efeitos secundários, razão pela qual, é indispensável uma avaliação contínua das suas implicações. Quando necessário, precisamos de tomar medidas firmes de modo a que os seus efeitos positivos possam beneficiar em todo o tempo um maior número de cidadãos.

No processo de construção de uma sociedade íntegra, soubémos retirar ensinamentos profundos dos nossos desaires. Reforçámos a nossa capacidade de identificar sinais de problemas emergentes, rectificar os erros, e ao mesmo tempo recuperar, o mais rápido possível, as forças para assumir a responsabilidade pelas nossas acções, em prol dos interesses colectivos de Macau. O que se passou levou-nos a valorizar, ainda mais, a experiência colhida no processo de promoção do valor de integridade, de modo a estarmos melhor preparados para evitar erros no futuro e dotar-nos com a capacidade para inverter a natureza de situações desfavoráveis, transformando-as numa dinâmica positiva. Muito embora o andamento de alguns processos tenha sofrido um abrandamento temporário, contudo, é absolutamente necessário introduzir medidas de correcção e ajustamento nos procedimentos, a fim de garantir a honestidade, transparência e eficácia a longo prazo das acções governativas.

No decurso deste ano, o Governo e a sociedade civil dedicaram, em conjunto, o seu melhor nas acções de solidariedade com as vítimas do sismo de Sichuan, assim como assumiram a obrigação de contribuir para a realização com sucesso dos Jogos Olímpicos de Pequim. Temos consciência de que é importante fazer pleno uso das sinergias resultantes deste espírito de solidariedade e participação conjunta para a construção da RAEM, sendimentada no reforço da interacção entre o Governo e a população. Congregando estes esforços conjuntos, iremos aperfeiçoar a nossa intervenção em todos os domínios.

## **SEGUNDA PARTE– SÍNTESE DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2009**

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Permitam-me, agora, fazer uma exposição sumária das acções do Governo a realizar no próximo ano.

## **1. Ajustamento das estratégias económicas e reforço da diversificação adequada da economia**

O sistema capitalista, na sua essência, é assente em regras de mercado e no princípio da liberdade económica, o que se reflecte também na actuação do Governo da RAEM em obediência aos princípios do Estado de Direito. No entanto, isto não significa que o Governo seja indiferente às mudanças do mercado, limitando-se a uma atitude passiva de não intervenção. Para fazer face aos efeitos da crise económica e financeira internacional e no sentido de assegurar a justiça, a ordem e a eficiência do mercado, o Governo tem a obrigação de adoptar oportunamente políticas e medidas específicas, reforçar as medidas de fiscalização e aperfeiçoar os regimes jurídicos, de modo a proceder ao ajustamento adequado da economia, elevar a eficiência administrativa e garantir que a economia e a situação de emprego de Macau se mantenham num rumo de desenvolvimento estável e dinâmico neste período de dificuldades em que vivemos.

Embora a recente crise financeira internacional represente um grande desafio para todos, ela também nos oferece dados de referência importantes para a nossa consideração. Por isso, o reforço da supervisão das instituições financeiras e a garantia da segurança financeira devem assentar numa larga base de consenso internacional e constituem prioridades das acções governativas da RAEM para este e o próximo ano. O sistema financeiro local é seguro e saudável. Mesmo assim, perante a complexização crescente da economia financeira e das rápidas transformações do sistema, cabe ao Governo assumir a missão importante e urgente de reforçar o controlo das instituições financeiras, o aperfeiçoamento do sistema financeiro e a criação de condições para dinamizar o destino e a aplicação dos capitais bancários. Para além de recorrer aos métodos de supervisão internacionalmente aplicáveis, o Governo irá reforçar o controlo dos riscos financeiros, elevar o rigor do controlo interno dos bancos, acompanhar de perto as modificações do mercado financeiro internacional, manter sempre o sentido de vigilância, elevar a capacidade de reacção rápida e adoptar, caso necessário, medidas de contingência oportunas e acertadas, por forma a suprimir atempadamente os factores causadores de instabilidade. O Governo continuará a aperfeiçoar a legislação financeira, a

combater com firmeza actividades financeiras ilícitas e a intensificar a prevenção dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, no sentido de garantir a segurança e a estabilidade do sistema financeiro de Macau.

Para assegurar um desenvolvimento saudável e sustentável do sector do jogo, o Governo continuará a reforçar a supervisão e a gestão deste sector e a controlar rigorosamente a dimensão desta indústria. Iremos implementar em toda a extensão as medidas de ajustamento anunciadas em Abril e investir mais esforços para que os trabalhadores locais que preencham os requisitos de qualificação, possam assumir cargos de direcção. O Governo irá ainda elaborar orientações sobre o “jogo responsável”, de acordo com os padrões internacionais.

No próximo ano, para fazer face à oscilação da economia e às transformações do mercado turístico e no sentido de promover um crescimento económico harmonioso de Macau, o Governo irá consolidar as vantagens industriais já existentes e intensificar a diversificação adequada da economia.

Antes de mais, o Governo irá incentivar o sector de turismo a procurar outras fontes de turistas, fornecer produtos diversificados e prestar serviços de qualidade. 1. É necessário consolidar as fontes de turistas existentes, manter a tendência crescente do número de turistas provenientes do Sudeste Asiático e promover o crescimento do número de turistas de outros países. 2. Iremos tirar partido da classificação de Património Mundial dos nossos recursos culturais, procurando divulgar variantes do turismo temático e alargando a cooperação regional de turismo; 3. Procuraremos elevar a qualidade da prestação de serviços turísticos; 4. Iremos integrar os factores favoráveis de origem interna e externa para promover de forma original o turismo. 5. O Governo, em conjunto com a Fundação Macau, irá disponibilizar fundos para apoiar e patrocinar actividades comunitárias, de natureza e escala distintas, promovidas pelas associações, no sentido de enriquecer a oferta de produtos turísticos locais e estimular o consumo interno da sociedade. A nossa estratégia consiste na canalização dos recursos obtidos pelo sector do jogo para outras áreas conexas, designadamente ramos de actividade como a ocupação de tempos livres, férias e turismo cultural.

Além disso, o Governo irá promover o sector de serviços com potencialidades e as novas indústrias. Iremos prestar grande apoio ao sector de convenções e exposições, no sentido de tornar este sector emergente num pilar do crescimento económico de Macau. Iremos reforçar a promoção da indústria cultural, criando, o mais rápido possível, um conselho consultivo para esta área, a fim de permitir o lançamento e aperfeiçoamento das políticas neste âmbito. Iremos incentivar a adesão dos artistas aos projectos de desenvolvimento da indústria cultural e encorajar a comercialização das suas criações artísticas no mercado, como forma de assegurar proventos. Iremos desenvolver a componente cultural do nosso Património Mundial, para potenciar a sua valorização cultural e turística. Iremos encorajar o desenvolvimento de novos sectores de serviços, nomeadamente a indústria de medicina e farmacologia tradicional chinesas, a indústria de protecção ambiental e o sector de serviços logísticos. Iremos estimular a cooperação regional para que esses sectores se desenvolvam de forma estável.

Continuaremos a fomentar as indústrias com maior conteúdo tecnológico, com capacidades para proporcionar um valor acrescentado mais elevado. Apoiaremos a reconversão e a valorização das indústrias tradicionais. Iremos encorajar o aproveitamento das vantagens inerentes ao CEPA junto das empresas, para que trabalhem na afirmação e sedimentação das suas marcas, aumentando a sua competitividade. Iremos promover de forma eficaz o projecto de desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço e continuaremos a tomar medidas para atrair projectos favoráveis à valorização e diversificação da indústria local.

Perante um panorama económico de grandes dificuldades, a prioridade das acções governativas tem de incidir na salvaguarda do direito ao emprego dos residentes locais, por forma a garantir a harmonia e a estabilidade social. Neste sentido, o Governo irá fiscalizar e controlar rigorosamente a importação e a contratação de trabalhadores não residentes, combater com firmeza o trabalho ilegal, bem como proceder a estudos aprofundados e ajustamentos atempados da política de importação de trabalhadores não residentes. Ainda há pouco tempo, o Governo anunciou medidas de controlo e redução da mão-de-obra não residente nos sectores de entretenimento, construção civil, gestão de propriedades e segurança e limpeza, com vista a manter a taxa de desemprego da população activa local num escalão baixo. Face à incerteza e à imprevisibilidade de cenários que poderão surgir no futuro, o Governo irá lançar medidas de ajustamento de maior impacto para responder oportunamente às novas realidades. O Governo irá investir mais meios na organização de acções de formação específicas e úteis para responder às necessidades do desenvolvimento, com vista a promover uma maior qualificação dos recursos humanos e auxiliar os trabalhadores a elevar a sua competitividade.

No contexto de profundas mutações da economia internacional, a capacidade demonstrada em todos os domínios e os fundamentos sólidos do desenvolvimento económico da Pátria assumem um papel de importância fulcral para o desenvolvimento estável de Macau. Nestas circunstâncias, a RAEM irá continuar a aprofundar a cooperação económica e comercial com o Interior da China. Para o efeito, faremos, em primeiro lugar, uma avaliação séria da nossa experiência e uma análise profunda das linhas de evolução, por forma a catalisar os efeitos positivos do CEPA e dos seus cinco acordos suplementares, com vista a um aproveitamento integral das suas vantagens. Os serviços competentes irão prestar todo o apoio às empresas interessadas em aderir às iniciativas no âmbito do CEPA, incentivar uma maior cooperação do sector de serviços das duas partes e promover com realismo a simplificação dos procedimentos no âmbito do comércio e investimentos.

Iremos aperfeiçoar o planeamento das acções de cooperação regional, exercendo um acompanhamento mais exigente. Iremos também reforçar as funções de plataforma regional de serviços e aprofundar a cooperação económica e comercial com as províncias e regiões do Interior da China. Os gabinetes de ligação nas cidades do Interior da China, sucessivamente estabelecidos por instituições públicas das áreas económica e comercial da RAEM, têm vindo a possibilitar a prestação de serviços mediadores no âmbito da cooperação entre empresas do Interior da China e locais. O Governo irá, com pragmatismo, levar a cabo a optimização dos mecanismos de cooperação regional, nomeadamente entre a província de Guangdong e Macau, entre a província de Fujian e Macau e no quadro da cooperação do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Além disso, iremos atribuir a devida atenção ao estreitamento das relações de cooperação e de complementaridade com a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Neste domínio, iremos reforçar, em primeiro lugar, a cooperação com a província de Guangdong, procurando deste modo contribuir para dinamizar a política de diversificação adequada e o desenvolvimento sustentado da economia da RAEM.

Iremos potenciar a função de plataforma económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, estimulando a sua articulação e complementaridade com as organizações de cooperação regional, designadamente a plataforma do Pan-Delta do Rio das Pérolas, para que desta cooperação, o Interior da China, os países de língua portuguesa e Macau usufruam de maiores benefícios. Iremos reforçar o intercâmbio e a cooperação com as entidades oficiais e cívicas da União Europeia. Através da realização de fóruns da indústria de protecção ambiental, o Governo empenhar-se-á na abertura de canais de cooperação entre a região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e a UE. Em relação aos países do Sudeste asiático e regiões vizinhas, a prioridade da nossa acção incidirá na cooperação no domínio do turismo regional, seguindo-se a de promoção do investimento comercial.

## **2. Empenho total na manutenção da qualidade de vida da população e construção de um futuro promissor para esta terra**

Ultimamente, a alta taxa de inflação e a debilidade da conjuntura económica mundial têm vindo a trazer mais dificuldades à população local. O Governo compreende perfeitamente estas dificuldades sentidas pelos seus cidadãos. Por isso, para garantir que a qualidade de vida da população não seja prejudicada por este contexto, o Governo irá envidar todos os esforços para reforçar os serviços sociais, ampliando a cobertura da segurança social e apoiando cabalmente os grupos sociais mais fragilizados.

Iremos dar continuidade, de acordo com a programação, aos trabalhos de aperfeiçoamento do regime jurídico no âmbito da gestão dos terrenos, aumentando a transparência das informações sobre os respectivos procedimentos. Iremos ser rigorosos nos processos de apreciação dos pedidos de alteração da finalidade do aproveitamento dos terrenos concedidos, a fim de garantir um melhor aproveitamento dos recursos existentes. O Governo irá envidar todos os esforços para promover a construção de habitações públicas e divulgar periodicamente informações sobre o andamento deste processo.

A estratégia de “prioridade dos transportes públicos” será implementada com maior vigor. Para tal, o Governo irá criar um mecanismo de coordenação interdepartamental de carácter permanente, responsável pela instalação de uma rede integrada de transportes públicos e pelo estreitamento da cooperação na construção de infra-estruturas de comunicação a nível regional. Iremos promover a melhoria dos serviços prestados pelos autocarros e táxis. A par do início da 1ª fase da construção do metro ligeiro, iremos acelerar a conclusão do estudo de viabilidade relativo à 2ª fase, otimizando a política de oferta de transportes públicos. Por outro lado, recorrendo a meios tecnológicos avançados, iremos elevar a eficiência da gestão do trânsito e efectuar estudos sobre a regulação e controlo de veículos particulares, a fim de assegurar, gradualmente, uma gestão racional das necessidades em termos de transportes.

Com vista a promover a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável da sociedade, o Governo irá proteger os interesses dos consumidores. Para isso, o Governo irá procurar encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental e preservar as condições ambientais, através da produção legislativa, da criação de mecanismos, da generalização da educação, da divulgação de informações e da construção de infra-estruturas. Tirando pleno proveito das vantagens da cooperação regional, o Governo irá garantir a potabilidade da água e a estabilidade das fontes de abastecimento de energia. Envidaremos maiores esforços na promoção da poupança da água, incentivando o uso de produtos ecológicos junto das empresas e organismos.

Os trabalhos para a elaboração de um plano director urbano serão desenvolvidos de forma ordenada, sob a égide do princípio “servir melhor o cidadão”. Iremos aperfeiçoar o “Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano de Macau”, analisando exaustivamente as características da estrutura urbana da cidade e adoptando modelos resultantes da cooperação regional, a fim de produzir um plano caracterizado pela modernidade e cientificidade das suas soluções.

Com vista a atenuar a pressão resultante da alta taxa de inflação, reduzir os custos de exploração dos sectores industrial e comercial, promover a inovação e o progresso tecnológicos e aperfeiçoar a qualidade dos serviços, o Governo irá exercer um controlo rigoroso sobre a actualização das tarifas por serviços prestados pelas concessionárias de serviços de utilidade pública, introduzindo progressivamente e de acordo com as necessidades reais, mecanismos de concorrência neste sector, para promover adequadamente a liberalização deste mercado.

### **3. Aprofundamento dos projectos de construção de uma sociedade de valores humanistas e empenho na qualificação dos seus elementos**

A especificidade do modelo de desenvolvimento pelo qual Macau optou veio a determinar a importância e a importância que atribuímos aos projectos de construção de uma sociedade caracterizada por valores humanistas. Neste contexto, o Governo irá reforçar os trabalhos desta área, dando particular atenção à elevação da qualidade e do nível das nossas acções.

Certas iniciativas neste domínio podem responder apenas às expectativas de sectores reduzidos. No entanto, revestem-se de um importante significado social, contribuindo para a elevação do quadro de valores. Estas iniciativas assumem um papel estratégico, sobre as quais devemos investir recursos suficientes e de excelência. O seu sucesso irá constituir um marco importante no processo de progresso social da RAEM que perdurará nos tempos.

O Governo continuará a investir recursos no domínio do ensino não superior, acompanhando os seus resultados. Para assegurar a qualidade do ensino, iremos promover um mecanismo de avaliação exigente. Iremos promover o desenvolvimento profissional e alargar as garantias profissionais dos professores. No domínio do ensino superior, iremos dar continuidade ao processo de reforma. Iremos institucionalizar o ensino de valores morais nas escolas e formar professores locais especializados no ensino de valores éticos, com vista ao aprofundamento qualitativo do ensino de valores morais.

O Governo irá intensificar as relações de parceria com personalidades nos domínios da cultura e arte, como forma de elevar a qualificação das intervenções no âmbito das políticas culturais. Empenhar-nos-emos na optimização da organização das nossas “duas orquestras” e “dois festivais”, elevando continuamente a sua capacidade competitiva no palco internacional. Iremos investir mais esforços na preservação do património cultural intangível de Macau, promovendo a generalização dos valores tradicionais de excelência como a honestidade, a modéstia, a recusa da cobiça e a solidariedade.

O Governo irá tirar partido da realização de iniciativas para continuar a promover o conceito de “desporto para todos”. Iremos apostar, de forma gradual, na elevação da qualidade competitiva dos nossos atletas profissionais, através de meios adequados às condições do desenvolvimento social e ao nível do desporto local. Iremos articular as políticas das áreas da educação, da juventude e do desporto, como forma de incentivar um maior desenvolvimento desportivo dos nossos jovens.

O Governo irá empenhar-se na modernização dos serviços médicos e de saúde. Com vista a elevar a capacidade de prevenção e tratamento de doenças fatais, iremos reforçar o apetrechamento de equipamentos médicos de alta tecnologia e o recrutamento de médicos especializados. Iremos também reforçar o controlo e a prevenção das doenças contagiosas. Ainda no domínio dos serviços médicos, iremos investir na simplificação dos procedimentos administrativos e no incremento da eficiência dos serviços, procurando reduzir o tempo de espera dos pacientes necessitados. Iremos investir mais recursos com vista a alargar a Unidade de Urgência e estudar a viabilidade da construção de um hospital de urgência nas Ilhas, bem como, prolongar o horário de funcionamento dos Centros de Saúde e proceder à concepção de serviços médicos inovadores.

Iremos promover o conceito de harmonia familiar, empenhando-nos nas iniciativas de solidariedade nos bairros comunitários, como forma de prevenir e combater o fenómeno de violência doméstica. Iremos envidar maiores esforços na melhoria da prestação de serviços aos idosos, elaborando legislação para salvaguardar os seus direitos e interesses. Também iremos tomar a iniciativa de estudar medidas viáveis para prestar assistência e apoio aos idosos de Macau que estão a residir no Interior da China. Iremos criar um “Sistema de registo centralizado de pessoas portadoras de deficiência”. Com base nos seus dados, iremos atribuir um subsídio de deficiência e proporcionar serviços médicos gratuitos às pessoas que correspondam aos critérios de classificação de diferentes graus de deficiência.

Com vista a fomentar a elevação da qualidade dos serviços sociais, iremos lançar, a título experimental, o “mecanismo de aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos serviços”, aumentar as regalias dos assistentes sociais, assim como, iniciar o estudo sobre a viabilidade de implementação do seguro médico e do regime de previdência para este pessoal.

#### **4. Assumir integralmente as responsabilidades de governação e ampliar os resultados da reforma**

O fundamento central da Administração Pública reside na simbiose orgânica da democracia e da eficiência e na harmonização da ciência com a natureza humana. O Governo irá continuar a ter por mote estes dois princípios no processo de aprofundamento equilibrado da reforma da Administração Pública. No plano do desenvolvimento da democracia, iremos valorizar e alargar o diálogo com o público e aceitar as iniciativas construtivas dos cidadãos para fiscalizar as nossas acções. No plano do aumento da eficiência, iremos incrementar a simplificação dos procedimentos administrativos, dando ênfase à simplificação de circuitos de trabalhos específicos, fazendo repercutir o seu sucesso na simplificação das macroestruturas. Deste modo, poderemos elevar a mera simplificação em termos quantitativos para um patamar mais elevado de simplificação de natureza qualitativa dos procedimentos. No plano do desenvolvimento científico, iremos valorizar as estratégias científicas rigorosamente fundamentadas que melhor se adaptem às realidades locais. No plano de construção de uma sociedade de valores humanos, iremos promover as virtudes de sinceridade e solidariedade.

A reforma da prestação de serviços públicos na RAEM tem evoluído da fase de reforma do funcionamento interno dos organismos para uma fase superior de reforma no âmbito de cooperação interdepartamental. A instalação de Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diferentes zonas da cidade, o desenvolvimento do Edifício dos Serviços Centrais e a entrada em funcionamento do Centro de Informações ao Público, e ainda, a criação de um mecanismo de resposta rápida às emergências, composto por diferentes

organismos, e a revisão de legislação nos diversos domínios, constituem projectos pioneiros destinados a acelerar a optimização do processo de cooperação interdepartamental e elevar a qualidade da prestação de serviços pela Administração.

No plano da qualificação dos funcionários públicos, o Governo, em cumprimento do Programa da Reforma da Administração Pública, irá rever as normas sobre as responsabilidades e deveres dos quadros médios e superiores, definindo regras mais exigentes. A reforma do regime das carreiras irá contribuir para providenciar um desenvolvimento profissional mais promissor aos trabalhadores da função pública. O Governo irá continuar a colaborar com a Assembleia Legislativa, para efeitos da revisão, no próximo ano, do regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e do regime das carreiras especiais. Iremos também melhorar o diálogo dos funcionários públicos e criar um quadro harmonioso de valores deontológicos de serviço público, no sentido de garantir a justiça e a justeza dos regimes no âmbito da função pública.

No domínio dos trabalhos jurídicos, fazemos questão de levar a bom porto as consultas inerentes à produção legislativa, bem como a apresentação das respectivas propostas de lei junto da Assembleia Legislativa. Iremos auscultar com maior amplitude as opiniões da sociedade. Não deixaremos de ter em consideração tanto o interesse público como o interesse dos principais destinatários a que as leis se aplicam. Procuraremos conciliar opiniões diferentes na fase da consulta, esforçando-nos para reunir um maior consenso no seio da comunidade em relação às soluções. Iremos esclarecer pormenorizadamente o teor das propostas de lei, bem como os objectivos e experiências a que estão subjacentes. Iremos assegurar um diálogo aberto com a Assembleia Legislativa, no sentido de aperfeiçoar a produção legislativa de Macau. Reforçaremos acções de divulgação jurídica conducentes a resultados práticos, designadamente, as advertências sobre as consequências de violação à lei, elevando assim a consciência do cidadão para o cumprimento das normas jurídicas.

Em cumprimento da superior responsabilidade constitucional e para efeitos de preenchimento do vazio legal do sistema jurídico de Macau, o Governo da RAEM, em obediência às disposições da Lei Básica e no respeito do espírito e da letra do ordenamento jurídico de Macau, deu, por iniciativa própria, início ao processo de produção legislativa da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado.

Neste momento, os trabalhos de auscultação pública estão a decorrer com normalidade e a população tem participado activamente nestas acções de consulta. O Governo irá continuar a divulgar o significado relevante subjacente a esta iniciativa e dar a conhecer à população o conteúdo deste projecto. Iremos realizar acções de consulta com grande profundidade e atenção ao pormenor. Após reunidos e analisados os contributos úteis dos nossos cidadãos, iremos aperfeiçoar a redacção do seu articulado. Iremos colaborar activamente com a Assembleia Legislativa para garantir o sucesso do processo de aprovação da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado, em prol da segurança do nosso País e da estabilidade da RAEM.

O Governo irá continuar a elevar a capacidade das entidades responsáveis pela segurança pública e reforçar as acções de prevenção e combate aos crimes ligados à droga, fraude, jogo e delinquência juvenil, erradicando o fenómeno de trabalho ilegal. Através de um sistema de reconhecimento de mérito e punição e do aproveitamento total das suas capacidades, iremos elevar a motivação dos agentes policiais, incentivando-os a cumprir, com tenacidade, a sua missão de proteger o cidadão.

No plano de auditoria, o Governo irá continuar a aprofundar os trabalhos de auditoria de contas, auditoria específica e auditoria de resultados, modelos de intervenção que têm mostrado a sua eficácia, reforçando a fiscalização das finanças dos serviços públicos. No plano das acções de promoção da integridade, reforçaremos a fiscalização da integridade dos responsáveis de diversos níveis. Iremos continuar a aperfeiçoar o regime de empreitadas de obras públicas, aumentando a transparência dos processos de aprovação dos projectos de obras públicas. Comprometemo-nos a observar com rigor uma

conduta ética exemplar, cumprindo estritamente as regras de impedimento, em prol da justiça nos assuntos públicos. Iremos estender a fiscalização ao sector privado e para este efeito, o Comissariado Contra a Corrupção procedeu à elaboração preliminar de um projecto de proposta de lei. Após a sua discussão no seio do Conselho Executivo, iremos trabalhar para apresentar este documento à Assembleia Legislativa ainda durante o primeiro trimestre do próximo ano.

O Governo, em cumprimento da Lei Básica, irá continuar a sujeitar a sua acção à fiscalização da Assembleia Legislativa. O Governo também irá assegurar com todo o rigor a liberdade de imprensa, garantindo o pleno exercício da função fiscalizadora da opinião pública. O Governo irá continuar a fortalecer o diálogo e o intercâmbio com as associações, os organismos e os cidadãos, alargar as plataformas de consulta e promover a participação do público, com vista à construção de uma sociedade civil de excelência.

### **TERCEIRA PARTE – CONSOLIDAR A CONFIANÇA PARA VENCER AS DIFICULDADES**

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

A economia mundial está a sofrer os efeitos graves da actual crise financeira e a conjuntura não é animadora. A crise financeira mundial está a evoluir com alguma previsibilidade para um cenário de crise e recessão económica mundial. Estimamos que a recessão económica possa ainda durar por algum tempo. Macau tem a sua economia assente no sector de prestação de serviços, razão da sua dependência a factores exógenos, por isso, não será imune aos efeitos desta crise. Para além destas circunstâncias, acresce que o sector dominante da nossa indústria se encontra em fase de ajustamento, razões pelas quais prevemos um período de dificuldades para a RAEM. Neste contexto, devemos manter um elevado sentido de alerta em relação às transformações conjunturais e estar psicologicamente preparados para qualquer contingência. Face às incertezas do futuro, devemos manter uma atitude de confiança, solidariedade e vontade de auto-valorização.

Devemos manter sempre a confiança e encarar com coragem os desafios que se vislumbram. As experiências resultantes de nove anos de desenvolvimento económico e progresso social da RAEM constituem fundamentos importantes para nos ajudar a enfrentar as crises. Prevemos que no próximo ano alguns ramos de actividade se irão debater com níveis diferentes de dificuldade, mas o curso do nosso desenvolvimento económico ainda se mantém estável. Com o progressivo aprofundamento do CEPA e a concretização dos seus projectos, acreditamos que os factores positivos originários do Interior da China irão oferecer novas oportunidades de crescimento para a RAEM. Com o apoio do Governo Central e contando com os esforços da população de Macau, estamos seguros que teremos a coragem, a confiança e a capacidade para ultrapassar as dificuldades e vencer os desafios.

Devemo-nos manter unidos e estender a nossa solidariedade ao próximo para ultrapassar as provações. Num contexto de abrandamento do crescimento económico, prevemos a agudização de situações conflituosas e a radicalização de posições nos principais acontecimentos políticos do próximo ano. Face a esta realidade, é preciso ter em consideração não só os interesses individuais mas também os interesses colectivos e procurar colocar de lado as divergências para nos concentrarmos naquilo que nos une. Devemos reforçar o espírito de solidariedade e a união de propósitos por forma a congregar as forças vivas, com vista a ultrapassar as dificuldades e percorrer sem grandes prejuízos o processo de reajustamento.

Não nos devemos deixar levar pelo desânimo. Muito pelo contrário, devemos estar preparados para nos valorizar ainda mais, a fim de podermos explorar novas oportunidades. Se olharmos as coisas sob outro prisma, podemos até concluir que o reajustamento económico nos oferece oportunidades para aperfeiçoamento e qualificação. O Governo, as empresas e os cidadãos não devem deixar escapar estas oportunidades. Todos nós devemos fazer um exame sobre as nossas insuficiências, no sentido de encontrar soluções certas para os nossos problemas. Devemo-nos apetrechar com instrumentos úteis para valorizar o nosso desempenho, por forma a garantir a nossa capacidade para vencer a crise. Assim, passada a tempestade, teremos a capacidade para agarrar as oportunidades trazidas pela bonança. Assim, poderemos continuar a caminhar com passos seguros, rumo a um futuro de progresso e desenvolvimento.

No próximo ano, iremos reforçar as nossas capacidades de gestão e reajustamento, proceder à avaliação objectiva das rápidas transformações conjunturais internas e externas e adoptar oportunamente medidas eficazes para resolver os problemas. Comprometemo-nos a mobilizar todas as nossas forças para promover o crescimento económico e a manutenção da qualidade de vida da população. Iremos colocar-nos ao lado dos nossos cidadãos para enfrentarmos, em conjunto, os dias difíceis que se estão a aproximar. Devemos conservar as nossas energias para poder tirar partido dos primeiros sinais de recuperação económica.

O Governo não irá, de forma alguma, abrandar as obras essenciais no domínio da qualidade de vida da população. Pelo contrário, iremos investir mais esforços para promover atempadamente medidas económicas e políticas indispensáveis no âmbito da qualidade de vida da população:

### **1. Aumento adequado do investimento público.**

O Governo irá aumentar de forma adequada o investimento público. Para este efeito, irá lançar um conjunto de projectos de obras públicas com impacto na economia, designadamente, a construção da primeira fase do metro ligeiro, o aceleração da construção de habitações públicas, o embelezamento dos arruamentos circunscritos à zona de protecção do Património Mundial e alguns projectos de reordenamento dos bairros antigos, por forma a estimular o crescimento económico e revitalizar as pequenas e médias empresas do sector de obras de remodelação. Para o próximo ano, o valor do investimento público será de 10 200 milhões de patacas. Iremos trabalhar com todo o afínco para assegurar um elevado nível de execução destas políticas.

Para incentivar os proprietários de edifícios privados a realizar obras de restauro dos condomínios, o Governo irá implementar um conjunto de medidas de apoio, no sentido de motivar mais proprietários a aderir a este esquema de financiamento.

Em relação às obras públicas e projectos de restauro de edifícios privados acima referidos, o Governo decidiu adoptar procedimentos especiais para casos especiais. As entidades com competências na área de obras públicas já realizaram estudos sobre esta matéria e definiram soluções para a simplificação dos procedimentos administrativos, no estrito cumprimento da lei, com vista a elevar a eficiência no tratamento dos processos.

## **2. Reforço do apoio às pequenas e médias empresas:**

O Governo irá reforçar as acções de intervenção neste domínio, consolidar a cooperação entre os sectores e as associações e assegurar um apoio eficaz às pequenas e médias empresas no âmbito da prestação de serviços, formação, publicidade, troca de informações, cooperação regional, recursos humanos, bolsa de contactos comerciais e reconversão e desenvolvimento. Iremos rever os regimes de incentivos fiscais e bonificação de juros e aperfeiçoar os programas de crédito e financiamento, como forma de atenuar as dificuldades das pequenas e médias empresas.

Face à evolução da conjuntura, o Governo irá reforçar as medidas de apoio ao exercício e desenvolvimento das pequenas e médias empresas, no âmbito da obtenção de financiamento.

- (1) Aumento do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização: no orçamento do próximo ano, o Governo irá atribuir mais 1 500 milhões de patacas a este Fundo, por forma a dotá-lo de meios suficientes para apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, designadamente, para as ajudar a enfrentar as transformações conjunturais e superar as dificuldades;

- (2) Alteração do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas: o Governo irá apresentar à Assembleia Legislativa uma proposta no sentido de aumentar o limite máximo de garantia para o crédito concedido pelas instituições bancárias às pequenas e médias empresas, passando de 300 milhões de patacas para 3 500 milhões de patacas. Iremos também alterar a percentagem definida para cada tipo de garantia, alargando o seu âmbito de aplicação para incluir também custos correntes de exploração. Iremos simplificar os procedimentos de aprovação dos pedidos e acelerar o seu tratamento. O nosso objectivo consiste em providenciar um apoio mais flexível, mais acessível e mais eficaz às pequenas e médias empresas, no sentido de as ajudar a enfrentar a turbulência económica que se avizinha.

### **3. O Governo irá adoptar as seguintes medidas de subvenção ou subsídio.**

Para atenuar a pressão sentida pela população imposta pelo abrandamento do crescimento económico e incentivar os jovens a dedicar mais esforços na aprendizagem e nos estudos, o Governo da RAEM irá adoptar um conjunto de medidas de redução e isenção fiscais e aplicar medidas de subvenção ou subsídio aos cidadãos e empresas de Macau:

- (1) O Governo irá dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa, mantendo o limite de isenção deste imposto em 120 000 patacas (anteriormente era de 95 000 patacas); dar continuidade à política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da

contribuição predial até 3 500 patacas; manutenção do valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (anteriormente era de 32 000 patacas); e os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a comprar a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 1 100 milhões de patacas.

- (2) O Governo irá dar continuidade ao plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preencham os requisitos.
- (3) O Governo irá dar continuidade à política de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais até Março de 2010 – cada unidade habitacional continuará a obter mensalmente uma subvenção de 150 patacas no pagamento das tarifas de electricidade. As unidades que gastam menos de 150 patacas por mês estão isentas do pagamento das tarifas e podem transferir a quota remanescente para o mês seguinte ou para período a definir. Com a aplicação desta medida de subvenção, o Governo prevê gastos na ordem dos 320 milhões de patacas.
- (4) O Governo irá dar continuidade à política de subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, de baixos rendimentos. Os trabalhadores a tempo inteiro, de idade igual ou superior a 40 anos que sejam residentes permanentes de Macau, que tenham contribuído para o Fundo de Segurança Social e que reúnam as condições respeitantes à carga mensal de trabalho em relação a cada trimestre, podem continuar a requerer a subvenção de rendimentos. Os candidatos a esta subvenção não podem auferir um rendimento médio mensal superior a 4 000 patacas no

trimestre a que diz respeito o pedido (incluindo o rendimento resultante do pagamento de salários por diferentes empregadores). Prevê-se que a aplicação desta medida de subvenção implique despesas na ordem dos 250 milhões de patacas.

- (5) Com vista à optimização do sistema educativo de Macau e ao aperfeiçoamento das medidas de subsídio das propinas dos estudantes que integram o programa de escolaridade gratuita de 15 anos e o sistema de ensino não-gratuito, à redução dos encargos dos pais e à garantia de condições para a prevenção do abandono escolar por razões económicas, o Governo irá aplicar um novo regime de subvenção para a aquisição de livros a partir do ano lectivo de 2009/2010. Todos os estudantes titulares de bilhete de identidade de residente de Macau válido inscritos na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, que estejam a frequentar estabelecimentos de ensino regulares, podem obter, em cada ano lectivo, um subsídio de 1 500 patacas para a aquisição de material didáctico. Prevê-se que a aplicação desta medida represente encargos para o Governo na ordem dos 126 milhões de patacas.
- (6) O Governo, através do Instituto de Acção Social, irá continuar a conceder uma pensão pecuniária às famílias necessitadas, atribuindo apoios financeiros e subsídios às três categorias de famílias em situação vulnerável. O Governo irá continuar a conceder o Subsídio para Idosos. Comprometemo-nos a rever e aumentar o valor deste subsídio com a maior brevidade. Os valores das pensões pecuniárias serão actualizados de acordo com a evolução dos índices de subsistência.

- (7) A fim de atenuar os encargos da população, melhorar as condições ambientais dos bairros comunitários e elevar a qualidade de vida da população, o Governo está a estudar a viabilidade de reduzir o Imposto sobre Veículos Motorizados às viaturas que preenchem as exigências de protecção ecológica.

#### **4. Apoiar os cidadãos na aquisição de habitação própria e atenuar os seus encargos.**

Para apoiar os cidadãos na aquisição de habitação própria, incluindo os jovens que necessitam de uma casa por terem contraído casamento, o Governo irá adoptar medidas adequadas para reduzir os encargos resultantes da compra da primeira habitação. Para além da aplicação da isenção no imposto do selo sobre transmissão de imóveis, até ao limite de 3 milhões de patacas do valor da propriedade, o Governo irá propor à Assembleia Legislativa a redução do imposto do selo sobre a transmissão de imóveis dos 3% em vigor para 1% e consagrar esta redução como uma medida fiscal permanente.

Em relação aos residentes permanentes que pretendam adquirir, pela primeira vez, uma habitação própria cujo valor não seja superior a 3 milhões de patacas, iremos conceder uma bonificação de juros de 4%.

Os residentes permanentes que ainda não possuam habitação própria e que pretendam adquirir uma cujo valor não exceda 3 milhões de patacas, serão beneficiários de um programa de garantia do pagamento da entrada. Na celebração do contrato de hipoteca com as instituições bancárias, o Governo irá garantir parte do crédito da entrada, na condição do adquirente assumir responsabilidade de, pelo menos, 10% dela. A parte garantida pelo Governo não deve exceder 20% do valor do imóvel. Esta garantia pode ser usufruída em simultâneo com a bonificação de juros a 4%. O Governo, ao lançar estas medidas, pretende atenuar os encargos resultantes do pagamento da entrada com capitais próprios com a aquisição de habitação própria e dos juros das prestações.

## **5. Criação de um sistema de segurança social assente em duas vertentes.**

Para garantir à população de Macau uma cobertura mais ampla no âmbito da segurança social e assegurar que ela seja beneficiária de uma partilha justa dos frutos da prosperidade social, de modo a que ganhem capacidades para superar os desafios do futuro, o Governo irá investir esforços para aperfeiçoar e produzir legislação da área de segurança social. O nosso objectivo é a criação de um sistema de segurança social assente em duas vertentes – a segurança social propriamente dita e a segurança social dos idosos. Para o próximo ano, o Governo irá envidar esforços para obter o apoio da Assembleia Legislativa no âmbito da política de abertura de contas bancárias individuais para os cidadãos que preencherem os requisitos, a ser concretizada ainda no primeiro semestre do próximo ano . O Governo irá aplicar parte das receitas deste ano na abertura das contas acima mencionadas. Iremos aprofundar e acelerar outros estudos respeitantes às formas de contribuição.

## **6. Análise e implementação experimental do projecto de criação de “empresas sociais” com características locais.**

O Governo irá disponibilizar meios suficientes para desenvolver a cooperação com as associações de fins não lucrativos, no sentido de criar “empresas sociais” de grandes dimensões. Estas empresas têm por fim o auxílio aos grupos sociais fragilizados e o controlo eficaz dos recursos humanos. O nosso objectivo é ajudar a maior parte dos cidadãos que perdeu o seu posto de trabalho devido à crise económica, a encontrar um emprego e manter a competitividade.

## **7. Aprofundamento da cooperação entre Macau e a Província de Guangdong e lançamento de novos projectos favoráveis ao crescimento económico.**

Apoiados nos resultados de cooperação regional alcançados nos últimos anos, iremos intensificar a cooperação com a Província de Guangdong, para efeitos de realização dos princípios de

complementaridade e benefício mútuo. Iremos explorar vias de cooperação no âmbito da indústria, comércio, infra-estruturas de transportes, serviços relacionados com a qualidade de vida e outras vertentes e lançar experimentalmente projectos pioneiros na Província de Guangdong e Macau. Iremos acelerar a concretização do projecto de desenvolvimento conjunto da Ilha da Montanha, por forma a superar as dificuldades resultantes da fraca diversificação da nossa economia, lançando novas bases para o futuro crescimento económico.

#### **8. Implementação do Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico para o próximo ano.**

O Governo irá, mais uma vez, implementar o plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico no primeiro semestre do próximo ano. O valor da compensação, em princípio, não será inferior ao do presente ano.

#### **9. Implementação do Programa de “Vouchers” para serviços médicos.**

O Governo pretende distribuir, a partir do próximo ano, “vouchers” para serviços médicos aos residentes de Macau. Estamos ainda a analisar o valor e a finalidade destes “vouchers” que serão oportunamente anunciados.

#### **10. Manutenção adequada do desenvolvimento saudável da indústria do jogo.**

Atendendo a que a indústria do jogo constitui o pilar da economia de Macau, o Governo irá proceder a consultas com os representantes deste sector, com vista a analisar, em conjunto, soluções adequadas para os problemas desta área. O nosso principal objectivo é, por um lado, exigir às concessionárias e seus organismos dependentes a garantia dos postos de trabalho dos residentes locais, e por outro, manter a qualidade de prestação de serviços e a competitividade deste sector.

## CONCLUSÃO

Senhora Presidente e senhores Deputados,

Entraremos em breve no último ano do 2º mandato do Governo da RAEM. Durante o período de tempo que nos resta, iremos continuar a cumprir com rigor a missão que nos foi incumbida nos termos da Lei Básica, lutando com todas as nossas energias para consolidar bases que garantam o desenvolvimento sustentável e estabilidade contínua da RAEM. Não nos deixaremos permear por sentimentos pessimistas que conduzem as pessoas a atitudes passivas. Comprometemo-nos a continuar a servir a nossa população com todo o entusiasmo, acompanhando as suas expectativas e preocupações. Iremos fazer tudo o que é preciso e é possível ser feito da melhor forma até ao termo do nosso mandato.

Face às previsões que apontam para um ano de dificuldades para a nossa economia, o Governo preparou um conjunto de medidas políticas e reuniu os recursos administrativos e financeiros necessários para, com confiança, apoiar aqueles que precisam de auxílio. Iremos assumir integralmente as nossas responsabilidades para, em conjunto com a população de Macau, travarmos o combate para ultrapassar este período difícil, porque almejamos a vitória de progresso e desenvolvimento para esta terra. Nunca iremos desvalorizar o grau das dificuldades, mas também não subestimamos a força de vontade e a determinação da nossa população para vencer. Neste contexto de condições adversas, iremos tirar partido das vantagens existentes, no sentido de encontrar soluções para problemas que têm surgido no processo do nosso desenvolvimento. O nosso objectivo é consolidar as bases favoráveis à vitalidade e a capacidade de resistência da RAEM, a fim de podermos dar passos seguros rumo ao progresso e crescimento desta terra.

Iremos prosseguir com firmeza a política de diversificação adequada da nossa economia, a reforma da Administração e do sistema jurídico e o aperfeiçoamento do nosso ensino e cultura, por forma a garantir à nossa população e aos grupos sociais fragilizados uma vida material e espiritual de qualidade. Iremos garantir a continuidade, a eficácia e a transição suave de todos os projectos de desenvolvimento económico, de construção de infra-estruturas urbanas e de programas no âmbito da qualidade de vida da população fundamentais para o interesse colectivo da RAEM. Iremos continuar a desenvolver uma relação estreita de diálogo e cooperação com a Assembleia Legislativa, todos os sectores sociais e as associações. Para além de continuar a cumprir as responsabilidades normais decorrentes da governação, iremos assegurar que as eleições para o 3.<sup>o</sup> Chefe do Executivo e a 4.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa decorram em condições de justiça e transparência. Iremos realizar todos os trabalhos preparatórios necessários à transição suave do Governo, garantindo que a assunção de funções pelo terceiro Governo corra da melhor forma, de modo a constituir um começo auspicioso para uma nova era da RAEM.

Por último, quero deixar aqui expresso o meu sincero agradecimento à Assembleia Legislativa, aos trabalhadores dos serviços públicos e à população. No decurso deste ano, todos eles têm prestado um grande apoio às acções do Governo da RAEM. Quero agradecer também o Governo Popular Central e aos seus organismos sediados em Macau que em todos os momentos têm dispensado um sólido apoio à RAEM e contribuído para o seu desenvolvimento.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.